



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

RELATÓRIO PÚBLICO 2004

A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não-governamental que tem como beneficiários os povos indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos do Brasil.

Fundada em 1978, a CPI-SP tem trabalhado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com a construção de um Estado que se reconheça multicultural e pluriétnico.

Para saber mais, consulte o site **www.cpisp.org.br**.

Rua Padre Carvalho, 75 – São Paulo, SP – 05427-100

tel/fax (11) 3518-8961 • 3814-7228

cpisp@cpisp.org.br



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

CONSELHO DIRETOR

Carlos Fernando da Rocha Medeiros
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Glenn Ross Switkes
Lúcia Helena Vitalli Rangel
Mara Lúcia Manzoni Luz

CONSELHO CONSULTIVO

Alain Charles Edouard Moreau
Dalmo de Abreu Dallari
David Zylbersztajn
Eurípedes Antônio Funes
Girolamo Domenico Treccani
João Paulo Botelho Vieira Filho
Lux Boelitz Vidal
Orlando Sampaio Silva

COORDENADORA EXECUTIVA

Lúcia M. M. de Andrade

EQUIPE

Coordenadora do Programa Povos Indígenas

Selma Aparecida Gomes

Coordenadora do Programa Comunidades Quilombolas

Lúcia M.M. de Andrade

Gerente administrativa

Jana E. B. d'Ávila

Auxiliar de contabilidade

Lourival dos Santos

Auxiliar de secretaria

Luciano Evangelista Silva



Mais uma vez, a Comissão Pró-Índio de São Paulo apresenta ao público um relato das principais ações desenvolvidas e dos recursos recebidos.

Esperamos assim cumprir nosso dever de prestar contas à sociedade e garantir a transparência de nossa intervenção.

Lúcia Andrade
Coordenadora Executiva



Capacitação

No ano de 2004, a CPI-SP promoveu cinco oficinas de capacitação, dirigidas a 116 índios e quilombolas de diversos Estados brasileiros.

De forma geral, as oficinas objetivaram ampliar a compreensão sobre as políticas públicas e a capacidade dos beneficiários de atuar nas esferas públicas que determinam tais políticas.

Duas das cinco oficinas tiveram um objetivo complementar. Dirigidas especificamente à mulher, visaram fortalecer as mulheres quilombolas e indígenas.



Oficina Mulheres Quilombolas e Desenvolvimento Sustentado

Realizada com a consultoria da Sempreviva Organização Feminista, nos dias 12 a 14 de maio de 2004, na cidade de São Paulo.

A oficina contou com a presença de 36 mulheres quilombolas de dez Estados.

Nos três dias do evento, houve uma intensa troca de conhecimento e reflexão conjunta sobre temas como: as relações de gênero nas comunidades quilombolas; as políticas públicas e seus impactos na vida das mulheres; o futuro que queremos para as comunidades; e as experiências de desenvolvimento em curso.



Saiba mais sobre a oficina solicitando a publicação **Mulheres Quilombolas e Desenvolvimento Sustentado**.

Oficina Aplicação da Convenção 169/OIT para Comunidades Quilombolas

Realizada em parceria com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, nos dias 21 a 23 de junho, na cidade de São Paulo, com a participação de 20 quilombolas de 17 Estados.

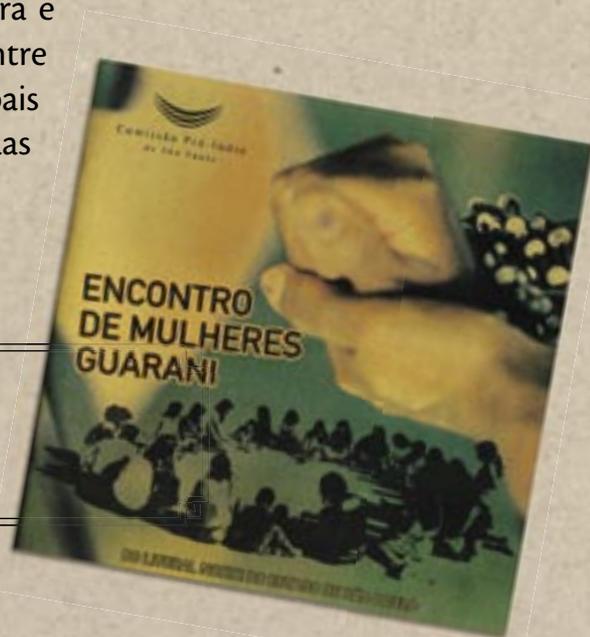
Na oficina, o conteúdo da Convenção 169 da OIT foi analisado e debatido de forma a evidenciar sua importância estratégica na defesa de direitos das comunidades quilombolas.

Oficina Mulheres Indígenas do Litoral Norte

Realizada com a consultoria da Sempreviva Organização Feminista (SOF), nos dias 27 e 28 de julho, em Ubatuba - SP.

A oficina contou com a participação de 17 mulheres Guarani das aldeias Boa Vista, Wiutu-Guaçu e Ribeirão Silveira e possibilitou a interação e a troca de informações entre as participantes. Evidenciou também os principais problemas de cada aldeia a partir da perspectiva das mulheres Guarani.

Saiba mais sobre a oficina solicitando a publicação ***Encontro de Mulheres Guarani do Litoral Norte do Estado de São Paulo.***





Oficina Para Entender o Orçamento da União

Realizada em parceria com o INESC, nos dias 28 e 29 de setembro, na cidade de São Paulo. O evento reuniu 15 representantes de comunidades quilombolas dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro e 6 representantes de povos indígenas dos Estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Bahia.

Na oficina foi explicitado o que é o Orçamento Público da União e como ele é elaborado. Também foram analisados o conteúdo e a execução dos programas “Brasil Quilombola” e “Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas”, do PPA.

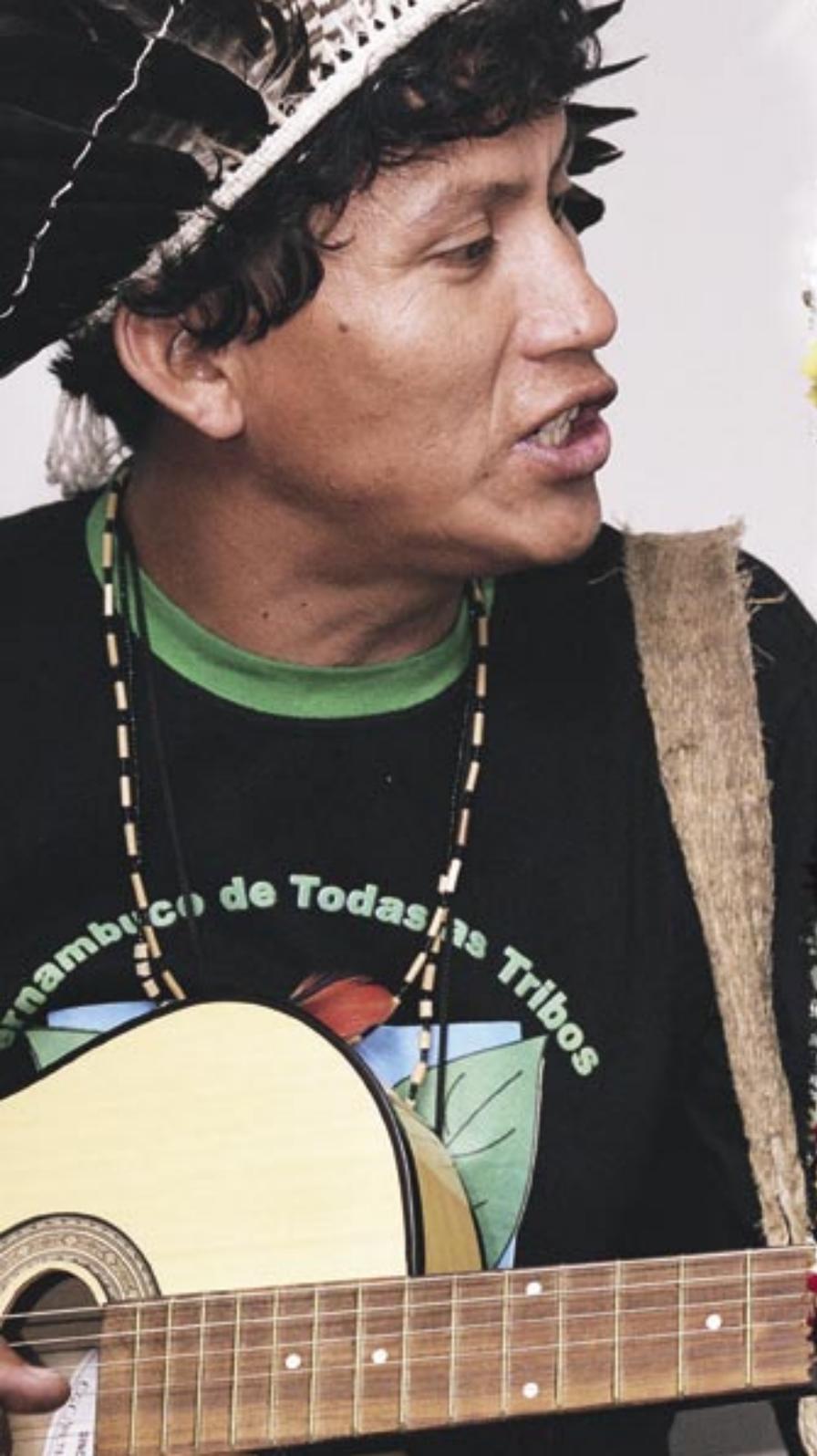
Oficina Índios na Cidade de São Paulo

Realizada com o apoio da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo, nos dias 5 a 7 de novembro de 2004.

A oficina contou com a participação de 48 indígenas, sendo 40 da região metropolitana de São Paulo, representando as etnias Pankararu, Pankararé, Fulni-ô, Terena, Kaingang, Kariri-Xocó, Atikum e Potiguara, 6 lideranças Pankararu e Fulni-ô de duas aldeias do Estado de Pernambuco e 2 representantes da APOINME.

A oficina proporcionou uma reflexão sobre os problemas de moradia, terra e atendimento à saúde indígena na região metropolitana de São Paulo e nas aldeias de origem dessas comunidades.

Saiba mais sobre a oficina solicitando a publicação
Índios na Cidade de São Paulo.



Direitos Territoriais

A garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas constitui um dos objetivos prioritários da CPI-SP.

A CPI-SP apóia a luta das comunidades indígenas no Estado de São Paulo em busca da demarcação ou da ampliação de seus territórios.

Contribui também com as comunidades quilombolas no Estado do Pará que reivindicam a titulação de suas terras.

Terras Indígenas no Estado de São Paulo

Do total de 28 territórios indígenas localizados no Estado de São Paulo, 14 aguardam para serem identificados. Nenhuma das 14 homologações assinadas pelo Presidente da República em 2004 contemplou as terras indígenas em nosso Estado.

O compromisso da FUNAI de iniciar o processo de identificação da Terra Indígena Wiutu-Guaçu no Litoral Norte e de mais cinco terras indígenas Guarani no Vale do Ribeira em 2004 não foi cumprido. Por outro lado, os quatro processos (três no município de São Paulo e um no Litoral Norte) de revisão de limites que foram iniciados em 2003 pouco avançaram no ano passado.

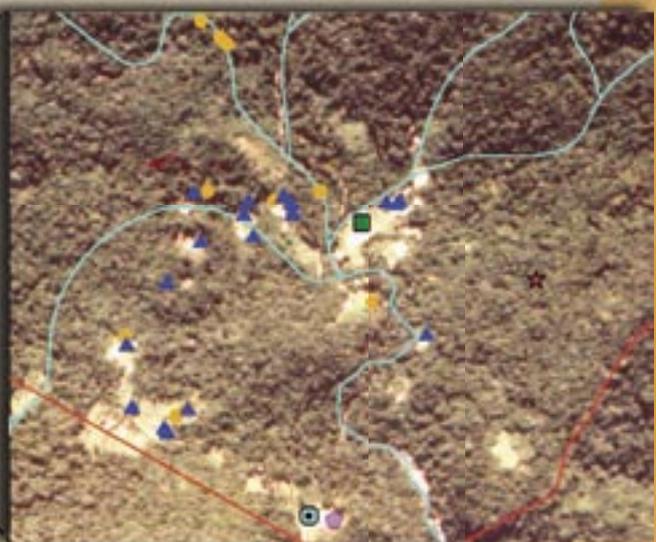
Uma das terras que devem ter seu limite revisto é a T. I. Boa Vista.

Em 2004, os índios Guarani da Aldeia Boa Vista, com o apoio da CPI-SP, definiram a proposta dos novos limites de seu território.

A proposta está consubstanciada em um mapa e justificada por meio do levantamento dos diferentes usos dos recursos naturais do território.

Mapeamento Participativo da Terra Indígena Boa Vista

Composição colorida da imagem CBERS de 16 de Maio de 2004



1 0 1 2 Km

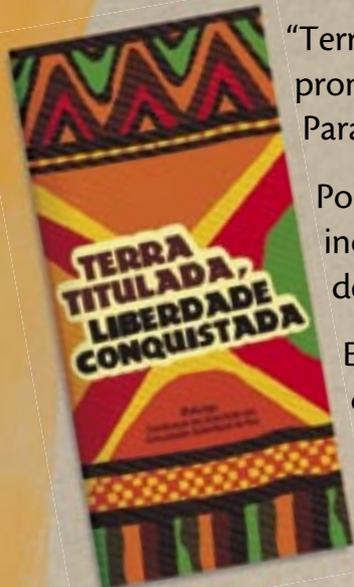


Projeção: UTM
Datum: SAD-69
Zona: 23S

Legenda

- | | |
|--------------------------------------|-------------------|
| ▲ Casas | ● Roças |
| ■ Campo de futebol | ∩ Rios |
| ★ Cemitério | □ Limite atual |
| ■ Escola Estadual Indígena Tembiguaí | □ Limite proposto |
| ⊙ Posto de saúde | |

Campanha Terra Titulada, Liberdade Conquistada



“Terra Titulada, Liberdade Conquistada” foi o tema da campanha promovida pela Malungu – Coordenação Estadual dos Quilombos do Pará – com o apoio da CPI-SP e do CEDENPA.

Por meio de folder (em versão impressa e eletrônica), a campanha incentivou a população a se manifestar perante o INCRA e o Instituto de Terras do Pará exigindo a retomada das titulações.

Em dezembro de 2004, o INCRA emitiu os títulos das terras de quilombo de Paca/Aningal e de Bela Aurora, ambas localizadas no Pará.

Essas foram as primeiras titulações efetivadas pelo governo federal desde 2001.

Terras de Quilombo em Santarém

Em 2004 teve prosseguimento a mobilização da Comissão de Articulação Quilombola de Santarém, que representa as nove comunidades localizadas naquele município paraense. Buscando contribuir com essa luta, a CPI-SP deu continuidade às ações visando à titulação das terras quilombolas em Santarém.

Assim, foi realizada a segunda etapa do estudo etno-histórico com a visita às comunidades Murumuru, Murumurutuba e Tingu pelo historiador Eurípedes Funes e o monitoramento da tramitação dos processos no INCRA.

Os processos de titulação dessas áreas encontram-se em fase inicial de tramitação. Em 2004, foram realizadas as primeiras vistorias em campo.

Ainda nesse ano, a Fundação Cultural Palmares registrou no livro de cadastro geral de Comunidades Quilombolas (publicação no Diário Oficial da União em junho e em dezembro de 2004) as comunidades quilombolas Saracura, Arapemã, Tingu e Bom Jardim.

Políticas Públicas

A fim de contribuir com a consolidação e o avanço no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, a CPI-SP monitora a aplicação de leis e a execução das políticas públicas voltadas a esses segmentos da sociedade brasileira.

A CPI-SP levanta, analisa e disponibiliza informações sobre a legislação e as políticas governamentais voltadas aos povos indígenas no Estado de São Paulo e as comunidades quilombolas.

Pesquisa e Informação

Em 2004, o monitoramento da legislação e das políticas públicas concretizou-se por meio da realização dos seguintes levantamentos e pesquisas:

- atualização do repertório sobre a legislação quilombola divulgado no site da CPI-SP;
- levantamento das terras de quilombo tituladas em todo o Brasil, sistematização dos dados em tabela e mapa divulgados no site da CPI-SP;
- levantamento de todos os processos de regularização de terras de quilombo em tramitação no INCRA nacional e regionais (material ainda inédito);
- levantamento da situação atual dos índios em São Paulo – em 2004, a CPI-SP visitou dez comunidades Guarani e realizou entrevistas com os índios que moram na Grande São Paulo dos povos Pankararu, Pankararé, Kariri-Xocó, Potiguara, Terena, Kaingang, Fulni-ô e Atikum; foram levantadas informações sobre a atual população das aldeias, situação fundiária, formas de organização, assistência à saúde, educação formal, moradia, meios de subsistência e iniciativas de apoio existentes (material inédito a ser divulgado no site em 2005);
- acompanhamento da execução do Orçamento da União destinado às comunidades quilombolas – graças a uma parceria com o INESC que procedeu ao levantamento das informações, a CPI-SP monitorou a aplicação de recursos federais nas ações destinadas às comunidades quilombolas.

A CPI-SP Avalia Iniciativas Governamentais

Em 2004, a CPI-SP divulgou em seu site as seguintes análises:

- “Governo do Estado de São Paulo cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas”;
- “INCRA regulamenta os procedimentos para titulação das terras de quilombo”;
- “O Governo Lula e a Política para as Comunidades Quilombolas”.

Confira os documentos na seção “**Acontece**” de nosso site.

Divulgação

A CPI-SP acredita que o maior conhecimento sobre as comunidades indígenas e quilombolas contribui para a ampliação de sua base de apoio e solidariedade na sociedade brasileira. Assim, a CPI-SP investe na produção e na divulgação de informação atualizada sobre as comunidades quilombolas e os povos indígenas no Estado de São Paulo.

Em 2004, a CPI-SP produziu e divulgou informações sobre as comunidades quilombolas por meio de seu site, de três exposições fotográficas e de diversas publicações.

Deu início também à produção de uma seção sobre os povos indígenas no Estado de São Paulo, que será divulgada em seu site no primeiro semestre de 2005.

Site Sobre as Comunidades Quilombolas no Brasil

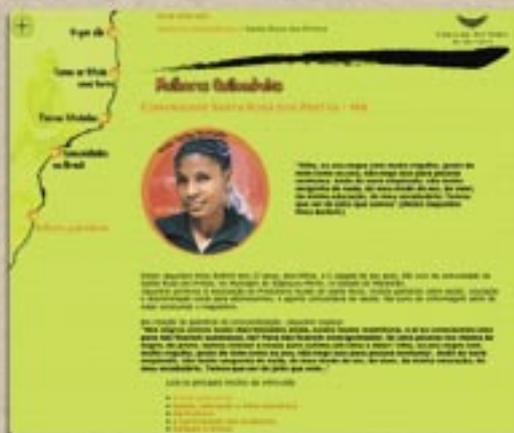
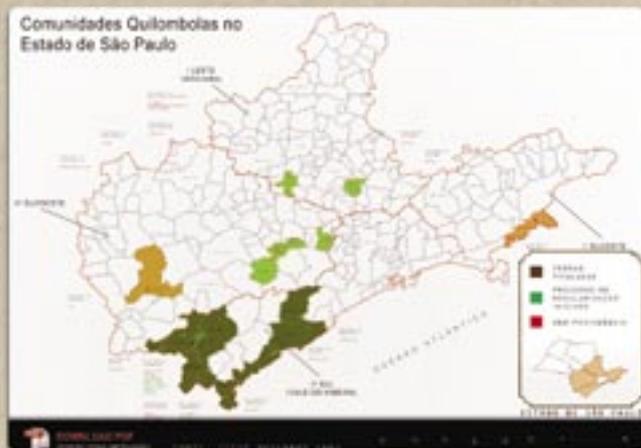
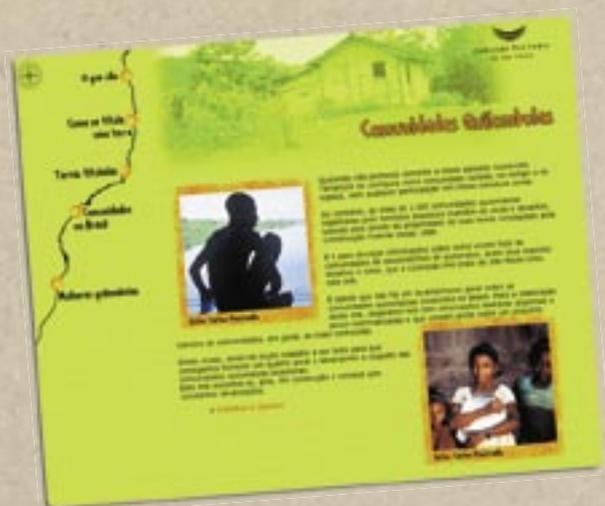
Para divulgar informações sobre como vivem hoje as comunidades de descendentes de quilombos, quais seus maiores desafios e lutas, a CPI-SP criou uma seção especial em seu site institucional:

www.cpis.org.br/comunidades

A seção apresenta informações gerais sobre as comunidades quilombolas, sobre os direitos assegurados em lei, um quadro e um mapa das terras já tituladas.

O site apresentará informações das comunidades localizadas nos diversos Estados brasileiros. Em 2004, foi produzido o capítulo sobre as comunidades quilombolas no Estado de São Paulo. Também foi iniciada a pesquisa e a redação do capítulo sobre as comunidades do Pará que estará no ar no primeiro semestre de 2005.

O site conta ainda com uma seção dedicada às mulheres quilombolas, com depoimentos de quilombolas do Pará, Maranhão, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.



Exposições

Em 2004, a CPI-SP realizou quatro exposições de fotos sobre os quilombolas de Oriximiná:

- exposição na Mãe Foto Galeria, de 30 de setembro a 30 de outubro, na cidade de São Paulo;
- exposição no SESC-Carmo, de 10 a 30 de novembro, na cidade de São Paulo;
- exposição na Estação das Docas (de 19 a 23 de novembro) e Fundação São José Liberto (de 25 de novembro a 5 de dezembro), na cidade de Belém;

- exposição na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, de 22 de novembro a 3 de dezembro, na cidade de São Paulo.

Na Imprensa

O Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, desenvolvido pela ARQMO e a CPI-SP, foi alvo de uma reportagem no programa *Repórter Eco*, da TV Cultura, exibido em todo o Brasil no mês de novembro.

As exposições organizadas pela CPI-SP foram assunto de matéria na *Revista ISTOÉ* e no Caderno 2 do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Publicações



Etnodesenvolvimento

Desde o final dos anos 90, a CPI-SP vem apoiando os grupos beneficiários na busca de alternativas de geração de renda e ampliação das potencialidades de manejo dos recursos naturais de seus territórios.

São duas as experiências nessa direção. A primeira começou no ano de 1998, com as 31 comunidades quilombolas de Oriximiná, no Pará. A segunda, iniciada em 2002, é realizada na aldeia Guarani de Boa Vista, localizada no litoral norte do Estado de São Paulo.

Projeto Novos Futuros no Horizonte dos Guarani da Aldeia Boa Vista

Esta iniciativa da CPI-SP objetiva oferecer aos Guarani novos instrumentos para a gestão ambiental de seu território e para a gestão da produção de artesanato. O projeto prevê ações integradas que perpassam toda a cadeia de produção do artesanato: desde a escolha das áreas para o extrativismo, o aprimoramento das técnicas de coleta e o manuseio da matéria-prima (minimizando o desperdício e aprimorando a qualidade do artesanato) até a busca de novos mercados solidários.

Em 2004, foi realizado o zoneamento etnoambiental da T. I. Boa Vista.

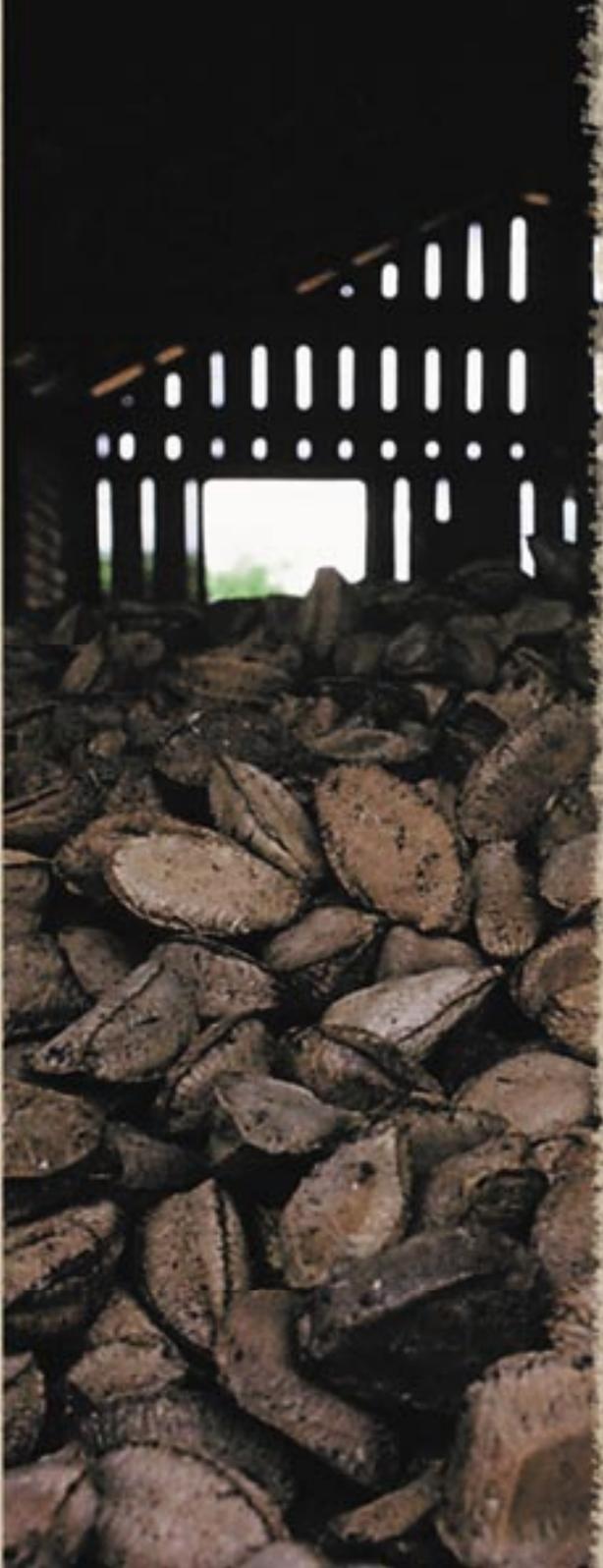


Para a concretização desta atividade foram organizadas três expedições pelo território indígena, com a participação de 22 homens e mulheres Guarani, quando as áreas de uso dos recursos naturais foram documentadas por pontos com GPS.

O projeto também proporcionou aos Guarani da Aldeia Boa Vista a retomada do uso de corantes naturais para tingimento de seu artesanato. Duas oficinas foram ministradas para a apresentação de novas técnicas de coloração e dois mutirões para a produção de corantes naturais foram realizados.

Paralelamente a tais atividades, a CPI-SP investiu em 2004 na ampliação da capacidade dos Guarani para a gestão da produção do artesanato. O primeiro passo nesta direção foi realizar com os Guarani uma reflexão sobre o papel de sua associação na organização da comunidade, na gestão do artesanato e na implantação do Projeto Novos Rumos.





Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas

Este projeto é implementado pela CPI-SP em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, que representa as 31 comunidades beneficiárias.

Um dos eixos principais do projeto é a implantação de alternativas de geração de renda a partir do aproveitamento da castanha-do-pará, recurso abundante nos territórios quilombolas.

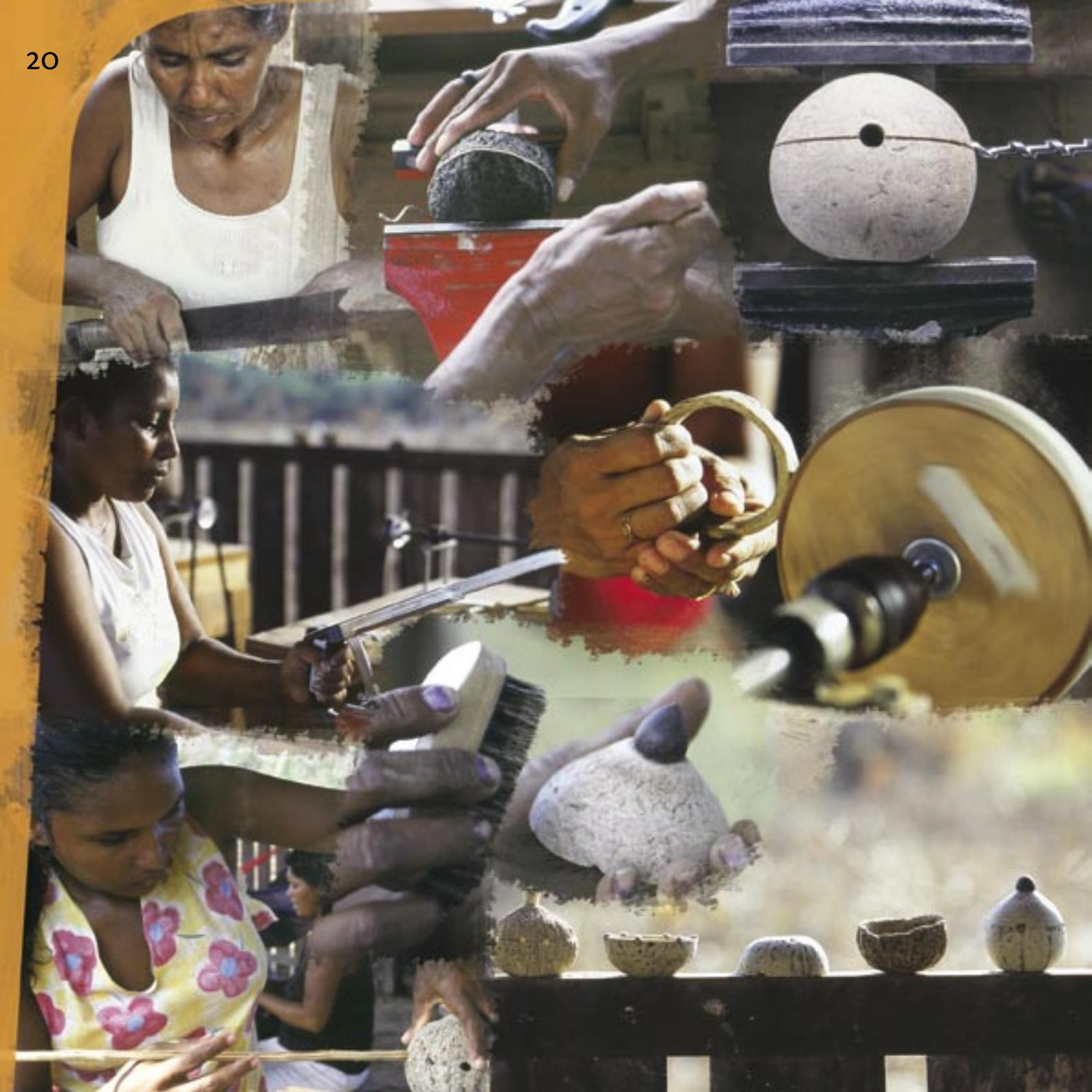
Para saber mais, consulte www.quilombo.org.br.

Sistema Coletivo de Exploração da Castanha

Na safra de 2004, mais cinco comunidades passaram a integrar o sistema coletivo de exploração da castanha, totalizando 24 comunidades participantes.

No ano passado também foi instalado o sistema logístico e gerencial para a inclusão de mais seis comunidades na safra de 2005, possibilitando assim a participação de todas as comunidades quilombolas de Oriximiná no sistema coletivo.

Na safra de 2004 foi registrado um expressivo aumento na receita em função de melhores preços obtidos na venda do produto. A receita bruta gerada pelo projeto em 2004 foi de 103.980 reais – sete vezes maior do que a receita obtida em 2002.



Artesanato do Quilombo

O Artesanato do Quilombo é mais uma iniciativa do Projeto Manejo e tem por objetivos: agregar valor à castanha, gerar renda para as mulheres quilombolas e fortalecer as mulheres por meio da valorização de seu trabalho e da ampliação de sua capacidade gerencial.

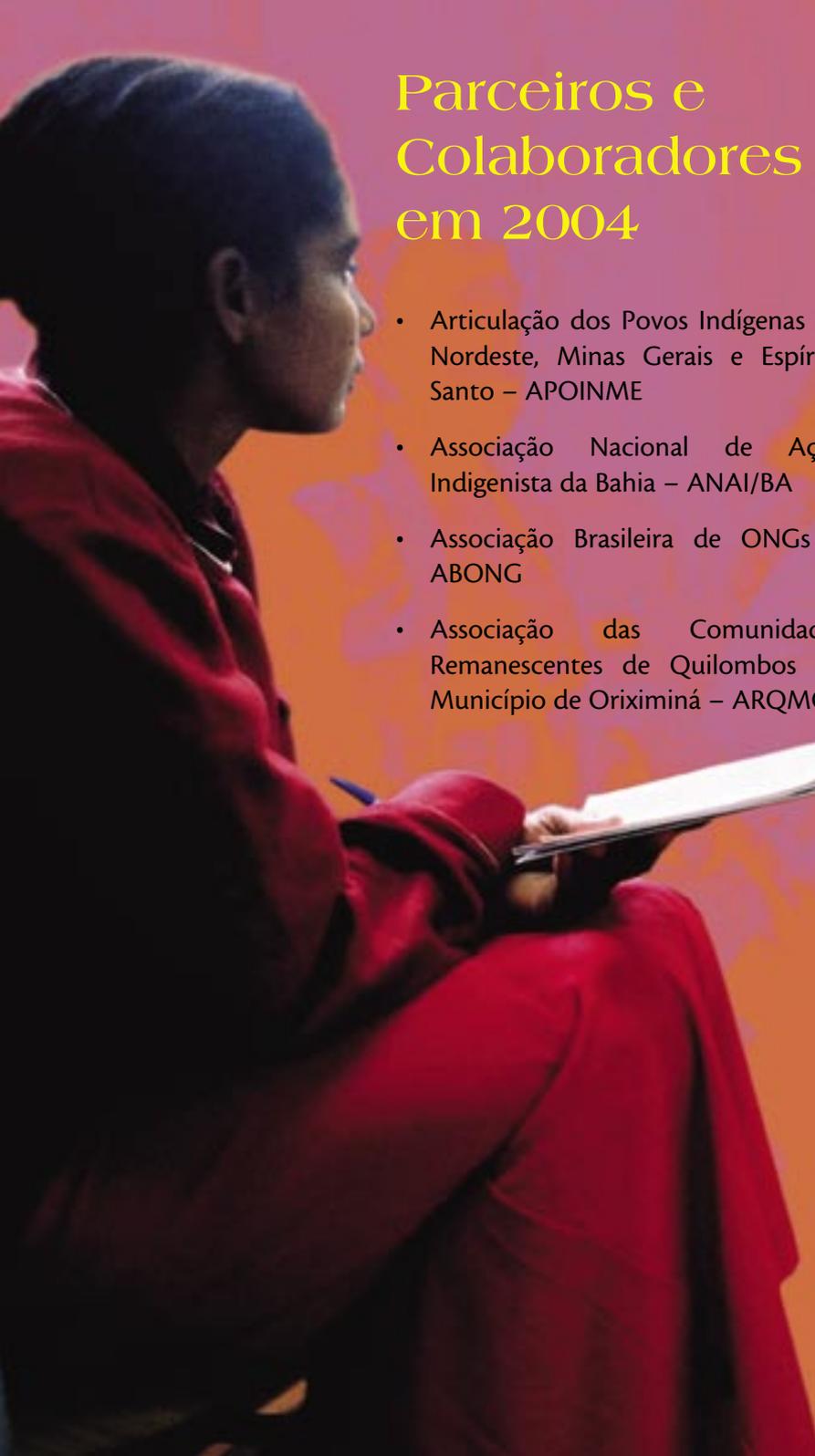
O Artesanato do Quilombo se propõe a gerar renda a partir de um produto até então tratado como resíduo: o ouriço da castanha. O ouriço é transformado em cumbucas, caixas decorativas e pulseiras.

Para isso foi especialmente concebida uma máquina manual que possibilita limpar, lixar e acertar o corte do ouriço.

Em 2004, 15 unidades de produção do artesanato foram instaladas em três comunidades. As equipes compostas pelas artesãs líderes e seus ajudantes (num total de 75 pessoas) receberam a capacitação e começaram a produzir as peças no mês de novembro.

O Artesanato do Quilombo já está sendo comercializado em sete lojas na cidade de São Paulo.





Parceiros e Colaboradores em 2004

- Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME
- Associação Nacional de Ação Indigenista da Bahia – ANAI/BA
- Associação Brasileira de ONGs – ABONG
- Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO
- Associação Indígena Tembiguai
- Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará – CEDENPA
- Ímã Foto Galeria
- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
- Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC
- Malungu – Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará
- Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo
- Programa Raízes – Secretaria de Justiça do Estado do Pará
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
- Sempre Viva Organização Feminista – SOF

Informe Financeiro

Entradas em 2004

ORIGEM DOS RECURSOS	Reais	%
Agências de Cooperação	1.819.523,87	82,62
União Européia/ICCO	1.351.919,52	
ICCO	169.861,18	
OXFAM	124.874,88	
CAFOD	84.494,72	
DKA Áustria	42.335,18	
Kerkinactie	15.338,39	
CESE	10.000,00	
Instituto H. Boll	20.700,00	
Fundos Públicos	300.413,00	13,64
FNMA/MMA	127.472,00	
SEPPIR	89.569,00	
MDA	83.372,00	
Receitas Financeiras	81.723,36	3,71
Recursos Próprios	589,00	0,03
TOTAL GERAL	2.202.249,23	100,00

Despesas Realizadas em 2004

DESPESAS POR TIPO DE ATIVIDADE	Reais	%
Programas – Atividades	1.009.557,96	72,82
Desenvolvimento Institucional	7.762,23	0,56
Povos Indígenas	82.996,22	5,99
Comunidades Quilombolas	918.799,51	66,27
Gestão	371.995,07	26,83
Salários e Encargos	254.923,80	18,39
Administração	116.172,27	8,38
Equipamentos	899,00	0,06
Auditoria Externa	4.810,00	0,35
TOTAL	1.386.363,03	100,00

As demonstrações contábeis da CPI-SP relativas ao exercício de 2004 foram submetidas a auditoria externa pela empresa HLB Audilink Auditores e Consultores.

O parecer da auditoria está disponível no site:

www.cpisp.org.br



Comissão Pró-Índio
de São Paulo